

Texto I

Raio X das matrículas na universidade Situação por cor/raça, segundo o Censo 2016



Fonte: Censo do Ensino Superior 2016/Inep

Infográfico elaborado em: 18/04/2018



<https://g1.globo.com/educacao/noticia/estudantes-indigenas-sao-os-que-menos-contam-com-apoio-publico-para-pagar-universidade.ghtml>. Acesso em 8.jul.2022.

A educação escolar foi usada em vários momentos pelo Estado contra os povos indígenas, conta a antropóloga e indígena Kaingang Joziléia Jagso. Com a determinação de que o Estado deveria garantir aos indígenas não apenas o direito à terra, como também a manifestação e à preservação de organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, garantiu o direito a uma educação multicultural, específica para cada grupo indígena, autodeterminada, intercultural e bilíngue. (...) A infraestrutura é apontada como um fator sério, que necessita de investimento. Segundo o Censo Escolar (2017), 30,93% das escolas indígenas não dispõem de um espaço físico construído pelo poder público para ali funcionar. Para contornar o problema, aulas ocorrem em locais improvisados, como casas comunitárias ou emprestadas de professores e moradores da região.

Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/quais-sao-os-desafios-da-educacao-escolar-indigena-para-a-presidencia-segundo-pesquisadoras/>. Adaptado. Acesso em 8.jul.2022.

PROPOSTA DE REDAÇÃO: A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Os desafios para a formação educacional dos povos indígenas no Brasil contemporâneo”. Apresente proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto II

Educação Escolar Indígena

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas.

Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/cidadania/educacao-escolar-indigena>. Acesso em: 8.jul.2022.

TEXTO III

Grupo de 14 indígenas que estudava no distrito de Panambi faz várias acusações e pede transferência para instituições de ensino de Dourados

Fábio Dorta

O permanente clima de tensão entre colonos e indígenas que lutam desde dezembro de 1995 pela posse de 1.138 hectares no distrito de Panambi - a 20 km de Dourados - fez com que 14 indígenas, que cursavam o ensino fundamental na Escola Estadual Dom Aquino, pedissem transferência para instituições de ensino de Dourados. O grupo alega ser vítima de discriminação por parte dos colegas e até da direção da escola. (...) As lideranças (...) denunciaram que os alunos indígenas estariam sofrendo vários tipos de preconceito dentro da escola, como por exemplo serem obrigados a utilizar copos e pratos diferentes dos alunos não-indígenas e ouvirem provocações por parte dos colegas, sendo chamados de “bugres”, de modo pejorativo. (...) De acordo com uma das lideranças indígenas locais, o caiubá Daniel Aquino, alguns indígenas reclamaram até de terem ouvido que comem e bebem em pratos e copos diferentes dos não-indígenas porque seriam portadores de doenças. “Os alunos decidiram que não queriam mais continuar na escola da vila por causa desse tipo de discriminação”, afirmou Aquino, que é professor.

<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/4281#:~:text=Preconceito%20As%20lideran%C3%A7as%20da%20Aldeia%20Panambizinho%20denunciaram%20que,colegas%2C%20sendo%20chamados%20de%2022bugres%22%20de%20forma%20pejorativa>. Adaptado. Acesso em 8.jul.2022.

Texto IV

A educação escolar indígena avançou nas últimas décadas. A Constituição de 1988 reconheceu os direitos culturais dos povos indígenas, sustentando o direito à diferença e à manutenção dela. Durante séculos, tentou-se uniformizar a educação a partir de um currículo imposto, que visava tirar o indígena da condição de indígena, fazendo-o abdicar de sua língua, suas crenças e seus padrões culturais, em uma escola que não fazia circular saberes, e assimilá-los.